

# PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DESAFIOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO PPG'S STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO

*Knowledge production and methodological challenges: analysis of stricito sensu PPG dissertation and theses in regional development*

Martinho Luís Kelm  
Cátia Raquel Felden Bartz  
Jessica Casali Turcato  
Daniel Knebel Baggio

# PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DESAFIOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES DOS PPGs *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

*Knowledge production and methodological challenges: analysis of stricto sensu ppg  
dissertations and theses in regional development*

Martinho Luís Kelm  
Cátia Raquel Felden Bartz  
Jessica Casali Turcato  
Daniel Knebel Baggio

**Resumo:** Este artigo debate o revés da fragilidade metodológica e suas implicações para a construção e acúmulo de conhecimento científico no contexto dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do RS, partindo da premissa de que é possível gerar acúmulo de conhecimento científico por meio de pesquisas com consistência metodológica. Sistematizaram-se 237 dissertações e teses de 2012 a 2016, de três universidades comunitárias com PPGs vinculados a área de avaliação Capes “Planejamento Urbano e Regional/Demografia–PUR/Demo”, subárea “Planejamento Urbano e Regional”, denominados PPGs *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Os resultados apontaram uma vulnerabilidade metodológica, com ênfase nas técnicas e um espaço de aprofundamento nos métodos. Particularmente às dissertações, sua principal e, muitas vezes, única contribuição, tem sido de instrumentalizar a formação dos egressos e, de modo irrisório, possibilita gerar novos conhecimentos que contribuam para o avanço da ciência e com os propósitos de formar mestres e doutores em Desenvolvimento Regional.

**Palavras-chaves:** Matriz epistêmica; Planejamento Urbano e Regional; Programas *Stricto Sensu*; Metodologia.

**Abstract** *This article discusses the setback of the methodological fragility and its implications for the construction and accumulation of scientific knowledge in the context of the Postgraduate Programs in Regional Development of RS, starting from the premise that it is possible to generate accumulation of scientific knowledge through researches with methodological consistency. Twenty-seven dissertations and theses from 2012 to 2016, from three community universities with PPGs linked to the Capes area "Urban and Regional Planning / Demography-PUR / Demo", subarea "Urban and Regional Planning", denominated Stricto Sensu PPGs, were systematized. Regional development. The results pointed to a methodological vulnerability, with emphasis on the techniques and a space of deepening in the methods. Particularly to the dissertations, its main and often unique contribution has been to instrumentalize the formation of graduates and in a derisory way allows to generate new knowledge that contribute to the advancement of science and the purposes of training masters and PhDs in Regional Development.*

**Key words:** *Epistemic matrix; Urban and Regional Plannin; Stricto Sensu Programs; Methodology.*

**Resumen:** *Este artículo analiza el retroceso de la fragilidad metodológica y sus implicaciones para la construcción y acumulación de conocimiento científico en el contexto de los Programas de Posgrado en Desarrollo Regional de Rio Grande do Sul, partiendo de la premisa de que es posible generar acumulación de conocimiento científico a través de la investigación con Consistencia metodológica. De 2012 a 2016, se sistematizaron 237 disertaciones y tesis de tres universidades comunitarias con PPG vinculadas al área de evaluación Capes “Planificación y demografía urbana y regional - PUR / Demo”, subárea “Planificación urbana y regional”, llamada PPGs Stricto Sensu en Desarrollo regional. Los resultados indicaron una vulnerabilidad metodológica, con énfasis en las técnicas y un espacio para profundizar en los métodos. Particularmente a las disertaciones, su principal y, a menudo, única contribución, ha sido instrumentalizar la formación de los graduados y, de manera irrisoria, hace posible generar nuevos conocimientos que contribuyan al avance de la ciencia y los propósitos de la formación de maestros y doctores en Desarrollo. Regional.*

**PALABRAS CLAVE:** *matriz epistémica; Planificación urbana y regional; Programas Stricto Sensu; Metodología.*



## INTRODUÇÃO

A formação de mestres e doutores no Brasil tem avançado de maneira robusta nos últimos anos. Segundo a base Coleta Capes (2017) e a Plataforma Sucupira (2017), no ano 2000, o Brasil havia formado 5.241 doutores e 18.029 mestres, já em 2014, o número de doutores formados foi de 16.729 e o número de mestres se elevou para 50.206, sem considerar aqueles que se diplomaram em instituições estrangeiras. Essa evolução na formação de mestres e doutores é positiva e gera um ciclo virtuoso no sistema da pós-graduação *stricto sensu* brasileiro, na medida em que viabiliza, paulatinamente, novas ofertas de cursos de mestrado e doutorado, rompendo uma concentração que historicamente ficou localizada nos grandes centros habitacionais do País e possibilitando que as comunidades do interior tenham acesso a cursos de qualidade nas diversas áreas do conhecimento. No período de 1996 a 2014, o crescimento do número de programas de doutorado foi de 210,2%, enquanto o de programas de mestrado de 205,0%.

O caráter virtuoso deste processo também se manifesta pela possibilidade de formação regular de quadros para a atuação no ensino fundamental, médio e, principalmente, na educação superior para os programas de graduação e, também, na qualificação do campo profissional. Um aspecto adicional, que, em tese, deveria compor este ciclo refere-se à produção científica, derivada das diversas linhas de pesquisa que configuram o sistema nacional de pós-graduação no Brasil. Os resultados dessas produções encontradas em periódicos, revistas, anais de eventos, capítulos de livros, dissertações e teses, devem contribuir, não somente para a formação acadêmico-profissional dos atuais e futuros pesquisadores vinculados aos diversos Programas de Pós-Graduação (PPGs), mas também, impactar de algum modo no estoque, sempre provisório, de conhecimento de cada área. A crescente valorização do fator de impacto na produção acadêmica brasileira (RUIZ; GRECO; BRAILE, 2009; GARFIELD, 2006) e da classificação das revistas no sistema Qualis, é um indicador do aumento da preocupação em gerar estratégias de elevação da qualidade da produção acadêmica nacional. Segundo Santin, Vanz e Stumpf (2016), nos últimos anos o Brasil apresentou um expressivo crescimento das publicações tendo registrado, no ano de 2014, 507.424 artigos publicados em periódicos brasileiros e 576.651 artigos veiculados em periódicos internacionais, o que significa 2,7% dos artigos publicados no mundo e coloca o Brasil como o país na 13<sup>a</sup> posição em termos de produção acadêmica internacional, não obstante a internacionalização não seja exatamente o interesse de todas as áreas de conhecimento.

Apesar dessa evolução, a universidade e, especificamente, no que concerne ao enfoque da presente pesquisa, seus PPGs, vivem o que Santos (1997) denomina de crise de hegemonia, visto que há uma tensão entre a produção de alta cultura e os conhecimentos úteis para às tarefas de transformação social, e a universidade acaba perdendo seu protagonismo social enquanto mecanismo de transformação e, contemporaneamente, também enquanto espaço crítico de reflexão. Conforme Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2013), a pós-graduação na área das ciências sociais aplicadas ainda almeja equilibrar a tarefa de formar pesquisadores com a geração de conhecimento relevante que, para os autores, envolve uma dimensão macro que supere pequenas iniciativas, muitas vezes sem nexos, assumindo o compromisso da geração de um impacto social pertinente a sua área de conhecimento. Apesar disso, ao adotar a opção pela geração de conhecimento relevante vinculado às unidades de análise local ou regional, mesmo que na busca de equacionar demandas e problemas locais, o pesquisador muitas vezes acaba abrindo mão de socializar o conhecimento gerado junto à comunidade científica internacional (RATTNER, 2003; COELHO;

FAVARETO, 2008), percebida como mais receptiva com a produção de conhecimentos mais generalizados (FRAME; CARPENTER, 1979).

Os PPGs em Desenvolvimento Regional deveriam, por supremacia, justificar-se a partir de três argumentos: a) o desafio de gerar resultados que sejam relevantes em termos de impacto social para as comunidades que lhes servem de unidades de análise, no mínimo em termos de continuidade de grandes temáticas de pesquisa e de formação de massa crítica capaz de prosseguir com os debates que emergem da academia; b) o desafio de aperfeiçoar uma compreensão crítica de seu ambiente de estudo que possa, inclusive, subsidiar processos de intervenção ou análise qualificados e, finalmente, c) por estes PPGs serem patrocinados por um conjunto de instituições comunitárias que, se por um lado constituem-se de um tema estratégico dado os desafios de desenvolvimento de um Estado com um grande potencial agrícola e industrial (CARGNIN, 2014; PAIVA, 2008), por outro lado, é um debate desconfortável para estas próprias instituições na medida em que a academia tem encontrado dificuldades em ultrapassar a fase do diagnóstico situacional e contribuir, de modo mais objetivo, a este processo de desenvolvimento.

Diante destas implicações e de um cenário que impõe gradualmente maior rigor metodológico para que se produza conhecimento científico válido e que, por conseguinte, amplie os resultados do processo de desenvolvimento das regiões, o presente artigo se insere neste debate com o intuito de fornecer uma primeira análise dos elementos que compõe a matriz epistemológica de dissertações de mestrado e de teses de doutorado por meio do levantamento de 237 produções acadêmicas do período de 2012 a 2016 vinculadas a área de avaliação da Capes “Planejamento Urbano e Regional / Demografia – PUR/Demo” dos PPGs do Rio Grande do Sul da subárea “Planejamento Urbano e Regional”, onde, atualmente, existem três programas recomendados pela Capes, todos ofertados por Instituições Comunitárias de Ensino Superior, sendo elas: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS (UNIJUÍ) e Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), ambos denominados como PPGs *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 A ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA E AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR**

Segundo o documento de área de avaliação da Capes (2016) em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, a área foi constituída no início da década de 1970, em pleno regime militar como uma subárea para formar profissionais à formulação e implantação de políticas de desenvolvimento urbano e regional. Os cursos a ela vinculados foram sendo timidamente ampliados, mas foi somente nos primeiros anos do século XXI que percebeu-se um crescimento mais expressivo da área. De acordo com o retratado na Plataforma Sucupira (2017), existem atualmente 48 programas recomendados no país com a oferta de 64 cursos. Dos cursos em Planejamento Urbano e Regional, 37 são em nível de mestrado, 18 de doutorado e 9 mestrados profissionais.

Uma característica marcante deste conjunto de cursos é a interdisciplinaridade imanente a sua constituição e que, mais do que se aparecer como premissa advogada pelo documento de área, amplifica significativamente as possibilidades de investigação conduzidas pelos diversos cursos e permite contemplar, seja em termos de métodos ou abordagens, a complexidade do próprio processo de desenvolvimento regional (MAIA; MALLMANN, 2012).

Igualmente, segundo o documento de área Capes (2016, p.5-6):

“... existem duas expressões diferentes da interdisciplinaridade que, no fundo, constituem uma mesma vertente de interpretação: por um lado, a interdisciplinaridade é entendida como diálogo entre disciplinas científicas com a finalidade de aprofundar e ampliar os conhecimentos disciplinares de objetos; ou, por outro lado, realizar pesquisa interdisciplinar está definido a partir de um campo da pesquisa temática que se opõe à assimilações progressivas de diferentes disciplinas. Neste caso, se reconhece a especificidade disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada entre os saberes disciplinares, sobre temas previamente definidos. [...] A segunda vertente parte do pressuposto que a interdisciplinaridade não pode ser concebida sem levar em conta as condições sociais e materiais de uma determinada época, em particular do modo de produção vigente. A interdisciplinaridade como produto histórico precisa ser compreendida dentro exatamente do contexto e das determinações históricas. Esse contexto leva à construção histórica e social de objetos por meio de uma tensão entre os sujeitos pensantes e os condicionamentos que influem neste pensamento (sua “materialidade”).”

Dessa forma, do mesmo modo como abre-se a possibilidade de muitos olhares sobre uma determinada problemática, cabe também aos programas e seus pesquisadores superar o desafio da fragmentação que pode surgir deste tipo de abordagem. Essa fragmentação, se ocorrer, pode ser na perspectiva de cada pesquisa, dissertação e tese elaborada, mas também pode ocorrer dentro dos programas, o que dificulta novamente a geração de um acúmulo de conhecimento que possa subsidiar a concepção e implementação de políticas públicas que poderiam reduzir as desigualdades regionais e produzir processos de desenvolvimento.

Analisando especificamente a oferta desses programas no Rio Grande do Sul, parece também que não seja coincidência que as três ofertas recomendadas pela Capes sejam realizadas por instituições comunitárias e não localizadas nas regiões metropolitanas do Estado. Este processo de interiorização é típico desse modelo organizacional que se caracteriza por uma grande permeabilidade entre necessidades de comunidades locais, produção de conhecimento e formação profissional. Essas instituições comunitárias de educação superior surgem no início do século passado, com uma grande concentração no estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a partir de um quadro que, Frantz e Silva (2002) explicam com base na falta de motivação do Estado para à implantação de universidades fora das regiões metropolitanas e da falta de interesse da iniciativa privada, seja por dificuldades legais, seja por falta de potencial financeiro da região em remunerar adequadamente os investimentos. Surgem então as universidades comunitárias que representam uma ampliação da esfera pública para comunidades que nunca abriram mão de oferecer uma educação de qualidade a seus filhos.

Independentemente dos fatores que lhe deram origem, o modelo de universidade comunitária adquiriu consistência no cenário nacional, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988, que explicitou sua configuração. Na mesma linha, a Lei de Diretrizes e Bases da educação - LDB (1996), ao segregar as instituições de ensino em públicas e privadas, distinguia as últimas em quatro modalidades: a empresarial, a confessional, a filantrópica e a comunitária. Atualmente

o Ministério da Educação – MEC especifica como Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) aquelas organizações da sociedade civil que possuem, conforme previsto na Lei nº 12.881/2013, cumulativamente, as seguintes características: (i) estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; (ii) patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; (iii) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (iv) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (v) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; (vi) possuem transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.881/2013; e (vii) preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera.

## **2.2 BASES EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA**

De acordo com Faria (2012, p.3), a epistemologia tem como objeto “o saber científico, tecnológico e filosófico, visando a explicar os seus condicionamentos (técnicos, históricos, sociais, lógicos, matemáticos ou linguísticos), organizar e sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos e avaliar os seus resultados e aplicações”, ou seja, envolve o processo de apreensão do conhecimento utilizado por cada pesquisador, em cada pesquisa.

A investigação científica e seus resultados reflete uma concepção de realidade e um quadro de referência presente na mente do pesquisador. Esta concepção de realidade está relacionada às questões filosóficas que, segundo Hughes (1980), determinam todo o instrumental metodológico da pesquisa e encontra-se inextricavelmente permeado de compromissos para com as versões particulares daquele que as utiliza. Dessa forma, a definição dos métodos e técnicas de pesquisa a serem utilizados decorre deste posicionamento filosófico. A orientação filosófica refere-se aqui à postura teórica do investigador (MINAYO, 1995), às suas concepções básicas em relação à natureza do fenômeno a ser investigado (MORGAN, 1980), sua concepção ontológica (afirmações a respeito daquilo que existe) e a própria concepção epistemológica (afirmações de como o conhecimento é apreendido).

Habermas (1973), ao discutir os interesses que dão origem ao conhecimento, sistematiza três vertentes cognitivas que irão interferir em todo o processo de construção do conhecimento e na escolha dos métodos e técnicas de investigação. Segundo o autor, essas vertentes envolveriam o interesse técnico, o prático e o emancipatório. Do interesse técnico surgem as ciências empírico-analíticas, que sustentam as ciências naturais e são dominadas pelo positivismo, com uma visão essencialmente instrumental da realidade. Sob a égide desta abordagem estão os estudos que tem como interesse a geração de elementos preditivos e de intervenção, preponderantemente nas ciências naturais, mas também tem aplicação nas ciências sociais que possuem esta motivação, este interesse.

A segunda corrente cognitiva discutida por Habermas (1973) refere-se as de interesse prático, também denominada de ciências hermenêuticas que buscam a compreensão de relações e constituem o que a filosofia denomina de ciências do espírito e tem um forte caráter interpretativista. O autor reforça que o sentido de interesse, seja em uma ou outra ciência, não significa uma abordagem que coloca o pesquisador refém dos dados empíricos, ao contrário, buscam ampliar o espectro de análise em uma ou outra investigação e lhe dar a adequada identidade dentro de um determinado domínio político.

A terceira corrente cognitiva são as denominadas ciências críticas que tem como “interesse” um debate emancipatório, geralmente a partir de um debate dialético entre um conjunto de fatores que contingenciam seus atores.

Estas três abordagens, claramente, não objetivam constituir-se em um paradigma hermético de análise na concepção de Kuhn (2000), mas de atuar como um quadro de referência nas motivações do pesquisador, de seus interesses em uma ou outra investigação. Almeida (2007) complementa ainda a questão epistemológica nas ciências sociais, argumentando que o pesquisador deverá ainda observar elementos internos e externos à produção do conhecimento. Internamente a dimensão epistemológica traduz-se na análise das condições e critérios de cientificidade com recurso aos instrumentos de cada disciplina. Nesse aspecto, o pesquisador irá posicionar-se teórico e metodologicamente, elegendo uma problemática de pesquisa que definirá os limites e possibilidades dos seus resultados. Já na dimensão externa, esse pesquisador é influenciado por um conjunto de predisposições ambientais que também vão condicionar a sua percepção de sua unidade de análise e elaboração do problema.

Esse debate, em termos das ciências sociais, recebeu um significativo aporte teórico quando, em 1979, Gibson Burrell e Gareth Morgan publicam o livro *Sociological Paradims and Organisational Analysis*. A partir de sua publicação, essa obra é quase que uma citação obrigatória em qualquer estudo organizacional que pretenda aprofundar os aspectos epistemológicos das pesquisas, o qual também gerou um conjunto importante de debates na área. Um primeiro debate refere-se ao uso do conceito de paradigma que os autores apresentam e que, para muitos autores que criticam Burrell e Morgan (1979), possui um caráter hermético que não é sustentável na caracterização e organização de pesquisas em ciências sociais (DE PAULA, 2016).

A questão central dessas críticas reside na tese da incomensurabilidade dos paradigmas, dentro da perspectiva que se costumou atribuir a Kuhn (2000), embora mesmo Thomas Kuhn tenha ressaltado em sua obra que utilizou o termo paradigma em duas perspectivas, uma de acepção sociológica como um conjunto de crenças, valores e técnicas compartilhados pelos membros de uma determinada comunidade e outra de sentido científico que denotam exemplos a serem empregados na resolução de problemas. Somada a estas ressalvas de Kuhn (2000), os próprios autores (BURRELL; MORGAN, 1979) também afirmam que percebem seus paradigmas como abordagens gerais que irão influenciar na determinação de métodos e instrumentos de apreensão da realidade, bem como de premissas teóricas que irão pautar a interpretação desta realidade empírica, não significando, necessariamente, que a adoção de um paradigma tenha a obrigação de esgotar todas as possibilidades de interpretação de um dado fenômeno. Ou seja, o mesmo fenômeno poderia ser investigado sob diversos paradigmas resultando em diferentes abordagens na construção do conhecimento. As premissas vinculadas a natureza das ciências sociais envolvem a dimensão ontológica, epistemológica, natureza humana e metodológica.

Um dos aspectos relevantes levantados pelos autores e que influenciaram na modificação dos polos da natureza da sociedade do modelo em debate, foram as considerações de que uma sociedade marcada pela estabilidade e pelo consenso não é, necessariamente, uma sociedade livre de coerção visto que o consenso pode ser justamente a vitória desta coerção sobre uma comunidade que passa a preterir o debate e a busca pela mudança porque foi integralmente submetida. Desta forma, Burrell e Morgan (1979) optam por adotar uma perspectiva sociológica contrapondo, por um lado, uma sociologia da regulação, caracterizada pelo status quo, ordem social, consenso, integração social, solidariedade e satisfação de necessidades. De outro lado, os autores operam com a Sociologia da Mudança Radical, marcada por um conflito



estrutural, modos de dominação, contradição, emancipação e privações. A partir dessas duas dimensões (Natureza da Ciência e da Sociedade), Burrell e Morgan (1979) propõem então quatro quadrantes de análise que na presente análise não serão considerados como paradigmas rígidos, mas como referências gerais que pautam os pesquisadores em suas iniciativas de estudos empíricos.

O paradigma Funcionalista ocupa de forma ampla o estudo das organizações. Esse paradigma adota um ponto de vista objetivo, e procura explicar as teorias de forma realista e determinista. Concluem que é uma classificação pragmática, frequentemente orientada para o problema, vislumbrando sempre as soluções práticas. Sobre o paradigma Interpretativista, Burrell e Morgan (1979) comentam que este tem interesse em entender o mundo como ele é sem deixar de entender a natureza fundamental do mundo social com experiências subjetivas. O paradigma Humanista Radical é descrito como simpatizante da mudança radical. Esse paradigma está envolvido por uma visão da sociedade que prega a importância de transcender as limitações dos arranjos sociais que nos cercam. Continuam que o maior interesse desse paradigma é excluir o ser humano das restrições que os arranjos sociais impõem ao desenvolvimento das pessoas. E, enfatizam que a principal ênfase deste paradigma é a consciência do ser humano. O quarto paradigma, Estruturalismo Radical, é esclarecido por Burrell e Morgan (1979) como uma mudança radical sob um ponto de vista objetivo. Os autores descrevem que esse paradigma tem a visão de uma sociedade contemporânea caracterizada por conflitos fundamentais que convergem em mudanças radicais, isso pode ocorrer através de crises políticas ou crises econômicas.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa de caráter bibliométrica é descritiva e possui o intuito de retratar elementos da matriz epistemológica das dissertações e teses produzidas nos três PPGs em Planejamento Urbano e Regional do Rio Grande do Sul do período de 2012 a 2016, mantidos pelas universidades comunitárias laicas do interior gaúcho: UNISC, UNIJUÍ e FACCAT. O primeiro programa ofertado no estado, vinculado a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), iniciou suas atividades no ano de 1994 com o curso de mestrado e em 2005 com o curso de doutorado. O segundo programa gaúcho nesta área é oferecido pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS (UNIJUÍ), desde o ano de 2002, vinculado inicialmente à área Interdisciplinar com a denominação de Diretos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento Regional. No ano de 2015 o programa migra para a área PUR/Demo e em 2016 inicia seu curso de doutorado. O terceiro programa inicia no ano de 2013 com o curso de mestrado e vinculado a Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

A coleta dos dados foi realizada a partir do banco de teses e dissertações eletrônico das três universidades, o qual envolveu a verificação de 237 trabalhos, analisados a partir de seu resumo, introdução, a metodologia e as conclusões, sendo analisada a totalidade das teses e dissertações disponíveis no meio eletrônico. Deste número, 102 estudos pertenceram a universidade UNISC, 111 da UNIJUÍ e 24 da FACCAT, instituição essa que possui o curso recomendado há apenas quatro anos. Deste universo, 44 teses de doutorado foram defendidas no período exclusivamente do curso ofertado pela UNISC, visto que, na UNIJUÍ, mesmo possuindo um doutorado recomendado, o primeiro ingresso ocorreu no ano de 2016, não havendo nenhum estudo concluído até o momento do estudo.

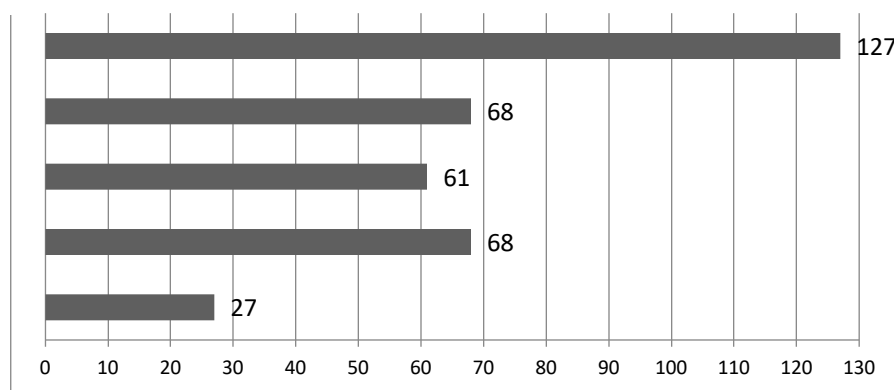
Para realizar a categorização que será apresentada na sequência, os autores do estudo analisaram, em conjunto, as categorias da matriz epistêmica proposta por Faria (2012), sendo realizada a homogeneização de cada conceito e, a

partir de então iniciadas as verificações. Com exceção das categorias vinculadas aos objetivos de cada estudo, as demais classificações são aquelas identificadas explicitamente em cada trabalho pelos seus autores.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O primeiro item analisado foram os objetivos de cada estudo, entendido aqui como o propósito da pesquisa, sendo organizados em cinco grandes categorias de objetivos, conforme o Gráfico 2, que surgem no próprio processo de execução da pesquisa. Deve-se alertar que algumas pesquisas atendem a mais de um objetivo, o que faz com que o montante de classificações ultrapasse o universo pesquisado.

Gráfico 2 - Frequência de Dissertações e Teses com Relação ao Objetivo do Estudo



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2017).

A primeira categoria foi denominada de “Fatores de Desenvolvimento”, com destaque para o turismo, desenvolvimento tecnológico, educação, produtos ou serviços vinculados a cultura, qualificação e disponibilidade de mão de obra, externalidades locais e especificidades negociais. Nessa categoria, conforme consta no Gráfico 2, foram identificados 127 estudos dos quais 92 trabalhos basearam suas análises na percepção de atores, que foram coletadas por meio de entrevistas e/ou questionários e somente 7 trabalhos do total desafiaram-se a apresentar sugestões objetivas, ficando as demais na dimensão de descrição de determinadas situações.

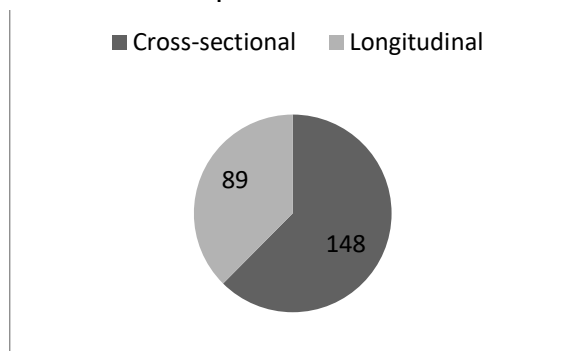
O segundo grupo dessa categoria são os estudos que tiveram como objetivo analisar as “Políticas de Desenvolvimento”, com destaque para os programas governamentais, fomento/análise de cadeias produtivas regionais, ação de órgãos reguladores, gestão social, com um total de 68 trabalhos, dos quais 48 estudos basearam-se na análise da percepção de um conjunto de atores sobre estas políticas. Com relação a estudos da categoria “Estudo de Organizações”, estes aprofundaram especialmente estudos sobre relações com o mercado, responsabilidade social, recursos humanos, processos de comunicação e marketing, inovação, competências, competitividade, modelos organizacionais, estratégias, funções da administração, o impacto de políticas públicas. Nesse grupo houveram 61 trabalhos sendo que 58 destes trabalhos envolveram análise de percepção por meio de questionários ou entrevistas.

A quarta categoria vinculada aos objetivos foi denominada de “Análise de Comportamento” e envolve estudos sobre estratos sociais vinculado a gênero, idosos, meio ambiente, criatividade, contexto urbano/rural, entre outros, com um conjunto de 29 trabalhos nestes cinco anos, sendo que 26 destes envolveram análise de percepção. Finalmente, houveram 27 estudos sobre temas vinculados a categoria “Governança Corporativa e Territorial” tendo como objeto temas como Coredes (Conselhos

Regionais de Desenvolvimento), arranjos produtivos locais, incubadoras, redes de cooperação e clusters.

Do total de estudos realizados (Gráfico 3), 62% foram desenvolvidos dentro de um recorte temporal denominado de *cross-sectional*, em contraposição aos estudos longitudinais ou históricos.

Gráfico 3: Frequência de Período de Estudo utilizado

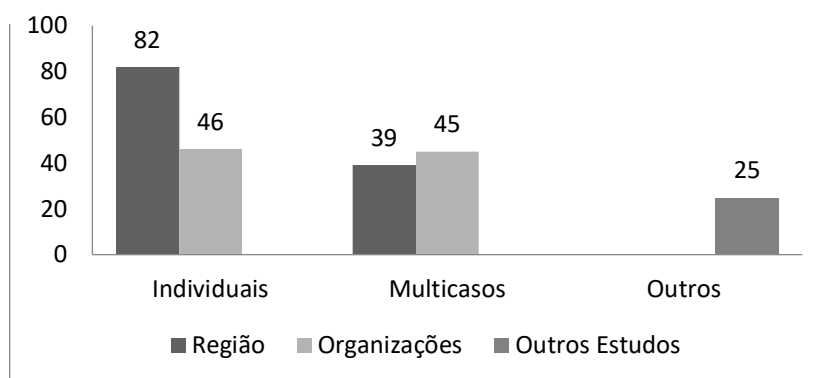


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2017).

Esse percentual é coerente ao ser verificado que as principais técnicas de coleta de dados foram questionários e entrevistas buscando-se identificar as percepções dos sujeitos abordados sobre o tema em análise, o que tende a ser uma análise de períodos determinados.

Com relação a unidade de análise (Gráfico 4), 89,4% dos estudos se deram a partir de Estudos de Caso totalizando 212 dissertações e teses.

Gráfico 4: Frequência de tipos de Estudo de Caso

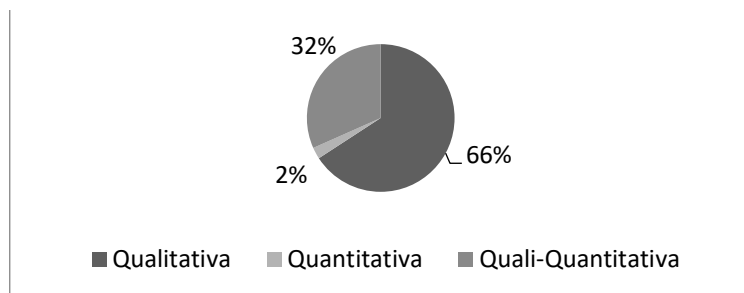


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Desse total, houveram 121 estudos onde o foco foi uma ou mais regiões, as quais foram investigadas por meio de estudos de caso individual ou multicaso, e 91 estudos onde a unidade de análise foi uma ou mais organizações. Somente 25 trabalhos não tomaram um caso específico para a análise e realizaram estudos de cunho teórico.

Com relação a abordagem das pesquisas, há uma predominância de pesquisas qualitativas ou quali-quantitativas, conforme retrata o Gráfico 5, o que também é convergente com a principal técnica de coleta que são os questionários e entrevistas. Com relação as pesquisas quali-quantitativas, a dimensão quantitativa na grande maioria refere-se a técnicas básicas de estatística descritiva aplicada sobre escalas de percepção, geralmente Likert ou técnica delphi.

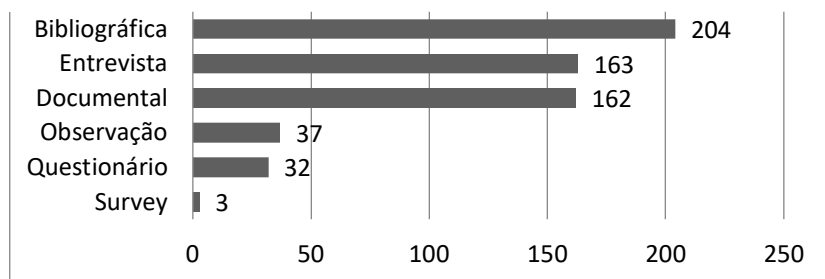
Gráfico 5: Frequência de Abordagem da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2017).

Com relação as técnicas de coleta de dados (Gráfico 6), na grande maioria dos estudos (204 trabalhos) os autores afirmam utilizar-se de pesquisa bibliográfica e, mesmo que não explicitado pelo autor, provavelmente a totalidade dos estudos partem de uma fundamentação teórica como foi possível observar em consultas daqueles materiais que não explicitavam este elemento na metodologia. A pesquisa documental também foi bastante mencionada o que é convergente dada a grande quantidade de estudos de caso encontrados nestes trabalhos. Outras duas técnicas com frequência elevada foram o uso de entrevistas e questionários, o que também reforça o perfil da maioria dos estudos em termos de identificação da percepção de diversas classes de atores com relação ao objeto de estudo.

Gráfico 6: Técnicas de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2017).

Se, entretanto, for analisada a matriz epistemológica, a partir de Faria (2012), poder-se-á observar que nas categorias “Produção de Conhecimento” e “Método de Investigação” existem fragilidades que vão desde a não especificação de elementos até a existência de inconsistências entre os aspectos ontológicos, epistemológicos e a metodologia empregada. Por outro lado, também foram encontrados diversos estudos adequadamente estruturados, principalmente nas teses de doutorado.

Apesar disso, com intuito de não produzir um retrato equivocado desta dimensão, optou-se em não detalhar os dados desta dimensão de análise, apesar de muitos trabalhos apresentarem a “opção por um método” que, porém, não resiste a uma análise mais acurada. Parece sintomático que, das 193 dissertações de mestrado produzidas nos últimos cinco anos por esses programas, 169 trabalhos se autodenominam, quase que protocolarmente, de exploratórios, descritivos ou ambos.

Apesar disso, a partir da leitura realizada pelos autores dessa pesquisa dos resumos, introdução, metodologia e considerações finais dos estudos, pôde-se observar que, em termos gerais, uma parte significativa de estudos da área é de caráter funcionalista, que segundo Faria (2012, p.12), toma a realidade como surgindo de um sistema de natureza orgânica com relações funcionais de cada um de seus elementos.

Conforme o mesmo autor, os componentes básicos desta realidade são “... a economia, o sistema político, a família e o sistema educativo em geral, com seus valores e crenças bem definidos. Esses componentes atuam por interação, tendo a capacidade de adaptação para enfrentar os imprevistos e as exigências de mudança que surgem. Se analisadas as técnicas de pesquisa que surgem com maior frequência a partir deste artigo, os estudos de caso, análise documental e entrevistas seriam coerentes com o método que transparece como majoritário nas dissertações e teses investigadas.

Dentro dessa matriz epistemológica, caberia ao pesquisador estabelecer as vinculações funcionais entre as diversas partes e elementos desse macro sistema e compreender a dinâmica destas relações. Se esse papel algumas vezes é atendido em termos de estudo individual, o estabelecimento de relações funcionais com resultados de outras pesquisas do gênero tem sido pouco observado, geralmente não passando de uma etapa preliminar de levantamento do que já foi investigado sobre o tema, sem um retorno sistemático aos resultados no sentido de reforçar ou contrapor novas elaborações teóricas.

Em diversos casos foi observado que essa convergência não surge com tamanha consistência e a metodologia subestimada, até mesmo, é encarada com um frágil rigor científico. Esse debate não é exclusivo dessa área de conhecimento, visto que, ao analisar as pesquisas de programas *stricto sensu* em administração, Barcelos, Euleuterio e Giglio (2015), já observavam que são raras as contribuições metodológicas, restringindo-se a algumas junções de técnicas, as quais não podem ser consideradas exatamente como inovações. De acordo com os autores, os resultados das pesquisas *stricto sensu* deveriam apresentar um novo instrumento de coleta e de análise, uma abordagem diferenciada (por exemplo, um modelo específico de investigação considerando a complexidade do fenômeno) ou um modelo de pesquisa que servisse como orientador de uma trilha de investigação.

Para Barcelos, Euleuterio e Giglio (2015), a construção do conhecimento através da pesquisa científica, seja numa linha positivista contemporânea de experimentação e erro, seja numa linha fenomenológica de imersão no fenômeno, exige aquele passo adiante, aquela proposição que vai além do conhecido.

Embora a complexidade do mundo contemporâneo e do tema do desenvolvimento possam ser uma tentação para uma pluralidade ou ecletismo metodológico, Tonet (1995) também alerta para os riscos desta flexibilização. Segundo o autor, percebe-se que algumas vezes, nos debates em ciências sociais, uma posição mais dogmática (ou coerente) em termos ontológicos e epistemológicos é vista como uma recusa ao debate, o que é um grande equívoco, pois a mesma problemática pode ser analisada com base em diversas dimensões epistêmicas, possuindo algumas uma maior ou menor consistência aos objetivos propostos.

Entretanto, isso não significa que não possa ser considerado o proposto por De Paula (2016) que, ao criticar a excessiva rigidez paradigmática de Burrell e Morgan (1979) e Burrell (1996), sugere que determinados temas podem se posicionar, em alguns aspectos, em mais de um paradigma, mas isto não autoriza uma displicência metodológica.

Como atenuante deste cenário, deve-se reconhecer que o termo “desenvolvimento” efetivamente possui um caráter polissêmico (BECKER; WITTMANN, 2003; SIEDENBERG, 2012; LÚCIO et al., 2015), o que permite várias e legítimas conceituações tornando complexa sua especificação linear, bem como as possibilidades de proposições (OLIVEIRA; LÚCIO, 2016). Essa característica se dá inicialmente pelas diversas dimensões que podem conformar o conceito, que vai desde uma perspectiva política, quando se poderia buscar uma elevação da participação e deliberação acessível de comunidades na definição de seu futuro (SEN, 2010), até sob

a perspectiva da disponibilidade e acesso a bens culturais e tecnológicos que, em muitas circunstâncias, já constituem bens de primeira necessidade (LIMA; SIMÕES, 2010).

Essa fluidez no conceito também é determinada pela evolução do que se poderia entender como um território desenvolvido, existindo um ciclo permanente onde necessidades supridas que geram novas necessidades em um processo recorrente. Apesar dessa inerente complexidade, transparece algumas vezes que a não especificação do conceito de desenvolvimento poderia ser conveniente para alguns pesquisadores/orientadores, pois dessa forma viabilizaria, de acordo com um ou outro objetivo/resultado de pesquisa, a concepção de conceitos *ex-post* que corroborassem determinados resultados. Embora esse elemento possa explicar algumas dissertações e teses vinculadas a área PUR/DEM, haveria dificuldades em contribuir com consistência ao conhecimento científico visto que os dados poderiam se tornar demasiadamente frágeis, e algumas vezes falaciosos, gerando resultados de pesquisas conflitantes e que culmina em uma maior dificuldade em produzir acúmulo de conhecimento.

Portanto, diante do exposto até esse momento, pode-se referir que uma maior consistência metodológica talvez pudesse fazer com que alguns questionamentos e debates contribuíssem para que os egressos desses programas superassem uma perspectiva de opinião e avançassem para uma de conhecimento.

O fato de se ir a campo com um instrumento de coleta de dados, com um cabedal estatístico para definição de amostra ou até mesmo respaldado em uma robusta teoria ou uma “enciclopédica” revisão bibliográfica, não garante a produção de conhecimento sem uma matriz epistemológica consistente de articulação. Talvez, esse aspecto possa explicar, em alguma medida, o fato que sucessivos estudos de caso, mesmo com a aplicação das mesmas técnicas, não consigam convergir entre si e produzir acúmulos ou, o que é ainda mais crítico, impactar socialmente seja na concepção/implementação de políticas de desenvolvimento, ou ainda em uma evidenciação consistente de que políticas são necessárias.

Nesse ponto, poder-se-ia, finalmente, alegar que, na prática, o principal capital gerado pelos programas *stricto-sensu* são seus egressos e a atuação desses na sociedade, e não necessariamente, em suas pesquisas.

## **CONCLUSÃO**

Em um País imerso em um conjunto de desigualdades regionais como o Brasil, a produção de pesquisas na área de planejamento urbano e regional é uma luz com reais possibilidades de contribuir à construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para tanto, é fundamental a formação de quadros competentes com uma adequada perspicácia social e consistência metodológica que possam interferir em dinâmicas regionais considerados suas especificidades e possibilidades. Os programas *stricto sensu* nessa área tem há diversos anos trabalhado de modo competente na formação destes quadros e, para tanto, tem sido conduzidas um conjunto de pesquisas que em grande parte são forjadas a partir das dissertações e teses destes novos pesquisadores.

O presente artigo propôs-se a realizar uma sistematização dessa produção de dissertações e teses dos últimos cinco anos no estado do Rio Grande do Sul, a partir da premissa que é possível produzir um alinhamento nas investigações e gerar um acúmulo de conhecimento. O que se percebe após esta primeira análise é que, principalmente no que concernem as dissertações, sua principal e, muitas vezes única, contribuição tem sido de instrumentalizar a formação dos egressos desses programas

e somente de modo marginal tem conseguido gerar novos conhecimentos que possam contribuir a consecução do objetivo primeiro.

Embora cumprir esse papel já seja uma grande contribuição, é possível desejar mais e, para tanto, talvez seja necessário um debate consequente e sincero sobre o modo como a dimensão metodológica, principalmente em sua dimensão ontológica e epistemológica, tem sido tratada e conduzida por cada aluno, orientador e programa. Percebeu-se que em diversos estudos essas dimensões são tratadas de modo bastante protocolar o que acaba tornando o produto de muitas dissertações um trabalho único, não por seu caráter inovador, mas pela dificuldade agregar-se a outras produções por fragilidades metodológicas.

Se for considerado o conjunto de produções com foco nos fatores e políticas de desenvolvimento, análise de organizações, de comportamento e as pesquisas em governança organizacional e territorial e garantida uma integridade metodológica mínima, talvez fosse possível desejar que o “todo” da produção acadêmica gaúcha na área de planejamento urbano e regional fosse significativamente superior a “soma de suas partes”.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, João Ferreira. Velhos e novos aspectos da epistemologia das ciências sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.55, p. 11-24, 2007.

BARCELOS, Eduardo Jorge Branco, EULEUTERIO, Ricardo Lerche, GIGLIO, Ernesto Michelangelo. Análise crítica das contribuições das teses brasileiras sobre o tema de redes. *Revista de Administração: Ensino e pesquisa*, v. 16, n. 1, p. 41-69, 2015.

BECKER, Dinizar; WITTMAN, Milton Luiz. (Orgs.) *Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

BURRELL, Gibson. Ciência Normal, Paradigmas, Metáforas, Discursos e Genealogia da Análise. In: CLEGG, Stewart et al. (Org.). *Handbook de Estudos Organizacionais. Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais*. v.1. São Paulo: Atlas, 1996, p. 439-462.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. *Sociological Paradigms and Organisational Analysis. Elements of the Sociology of Corporate Life*. Vermont: Ashgate, 1979.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Planilha de Indicadores. Número de programas de mestrado e doutorado, Brasil, 1996-2014. Disponível em: <<http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/resultados/planilhas-comparativas>>. Acesso em 20 nov. 2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Documento de Área. Planejamento Urbano e Regional e Demografia. 2016. Disponível em: <[https://capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/30\\_PLURD\\_docarea\\_2016.pdf](https://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/30_PLURD_docarea_2016.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2017.

CARGNIN, Antonio Paulo. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul. *Mercator*, v. 13, n. 1, p. 19-35, 2014.

COELHO, Vera Schattan; FAVARETO, Arilson. Dilemas da participação e do desenvolvimento territorial. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 10, n. 18, p. 15-26, 2008.

DE PAULA, Ana Paula Paes. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. *Cadernos EBAPE.BR*, v.14, n.1, 2016.

FACCAT. Banco de teses e dissertações do Programa de mestrado em Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/?q=mestrador>. Acesso em: 15 set. 2017.

FARIA, José Henrique. Dimensões da Matriz Epistemológica em Estudos em Administração: uma proposição. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2012. p. 1-16.

FRAME, J. Davidson; CARPENTER, Mark P. International Research Collaboration. *Social Studies of Science*, v. 9, n. 4, 1979.

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir. As funções sociais da universidade. Ijuí: Unijuí, 2002.

GARFIELD, Eugene. The history and meaning of the journal of the impact factor. *Journal of the American Medical Association*. v. 295, n. 91, p.90-3, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

HUGHES, John. A Filosofia da Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KUHN, Thomas. The road since structure: philosophical essays, 1970-1993, with an autobiographical interview. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

LIMA, Ana Carolina Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de políticas econômicas: o caso do Brasil. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

LUCIO, Magda de Lima. et al. Sentidos e significados de se planejar estrategicamente nas organizações públicas - planejamento estratégico sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. *NAU Social*, v. 5, n. 9, p. 151-160, 2015.

MAIA, Claudio Machado; MALLMANN, Lígia Margarete. A interdisciplinaridade da pesquisa e da formação na área de desenvolvimento regional. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 1, n. 1, p. 89-98, 2012.

MELLO, Alex Fiuza; ALMEIDA FILHO, Naomar; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. Brasília: MEC, [2013]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne\\_alexfiuza.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf)>. Acesso em: 2 jan. 2018.

MINAYO, Maria Cecília Souza. et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORGAN, Gareth. Paradigms, Metaphors, and Puzzle Solving in Organization Theory. *Administrative Science Quarterly*, v. 25, n. 4, p. 605-622, 1980.



OLIVEIRA, Cyntia Sandes; LÚCIO, Magda Lima. A polissemia do conceito de desenvolvimento no seio da formulação estratégica nacional sobre ciência, tecnologia e inovação. *Guaju*, v.2, n.2, p. 26-58, 2016.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Demanda efetiva e desenvolvimento regional. *Redes*, v. 13, n. 2, p. 161-183, 2008.

PLATAFORMA SUCUPIRA, Documento de área de avaliação: Planejamento Urbano e Regional / Demografia. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf;jsessionid=4Zbv-xPTSjGbfeCZadj9POZx.sucupira-213>. Acesso em: 10 dez. 2017.

RATTNER, Henrique. Indicadores Sociais e Planificação do Desenvolvimento. *Revista espaço acadêmico*, n. 30, p. 1-10, 2003.

RUIZ, Milton Artur; GRECO, Oswaldo Tadeu; BRAILE, Domingo Marcolino. Fator de impacto: importância e influência no meio editorial, acadêmico e científico. *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*, v. 24, n.3, p. 273-278, 2009.

SANTIN, Dirce Maria; VANZ, Samile Andrea Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 13, n. 30, p. 81-100, 2016.  
SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. *Desenvolvimento sob múltiplos olhares*. Ijuí: Unijuí, 2012. Cap. 1, p. 19 – 100.

TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: um falso caminho. *Revista Serviço Social e sociedade*, ano XVI, 1995.

UNIJUÍ, Banco de teses e dissertações do Programa de mestrado e doutorado e desenvolvimento regional. Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/estude/mestrado-e-doutorado/desenvolvimento>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNISC, Banco de teses e dissertações do Programa de mestrado e doutorado e desenvolvimento regional. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/145>, Acesso em: 29 set. 2017.

YIN, Robert. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

*Submetido em 15/09/2019  
Aprovado em 20/3/2020*

**Sobre o(s) Autor(es):**

**Martinho Luís Kelm**

Doutor em Engenharia da Produção - UFSC. Mestre em Administração - UFRGS. Email martinholuiskelm@gmail.com

**Cátia Raquel Felden Bartz**

Professora do curso de administração e engenharia, Faculdade Horizontina/FAHOR. Doutoranda em Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNIJUÍ. Mestre em Desenvolvimento Regional - PPDGR/Unijuí. Email: catiafelden@hotmail.com

**Jessica Casali Turcato**

Professora substituta, curso de administração, Instituto Federal Farroupilha/IFFAR. Mestre em Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNIJUÍ. Email: jehturcato@hotmail.com

**Daniel Knebel Baggio**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUI e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações da Universidade Regional Integrada (URI). Mestre e Doutor em Contabilidade e Finanças - Universidad de Zaragoza. Email: baggiod@unijui.edu.br